

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado.
- 2 Este Caderno contém 50 questões de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos.
- 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeição gráfica que impeça a leitura. Detectado algum problema, comunique-o imediatamente ao Fiscal.
- 4 Cada questão apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
- 5 Interpretar as questões faz parte da avaliação, portanto não adianta pedir esclarecimentos aos Fiscais.
- 6 A Comperve recomenda o uso de caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta na cor preta.
- 7 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
- 8 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
- 9 Você dispõe de, no máximo, quatro horas para responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
- 10 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
- 11 Antes de se retirar definitivamente da sala, devolva ao Fiscal a Folha de Respostas e este Caderno.

**Assinatura do Candidato:** \_\_\_\_\_



- 01.** As relações entre direito e cultura bem como entre direito e normas jurídicas, morais e éticas têm despertado a curiosidade de estudiosos de várias áreas. Nesse contexto,
- A)** o direito emerge de manifestações culturais de um povo, como produto de sua História, permanecendo como válidos os costumes arraigados na cultura popular.
  - B)** os valores culturais tidos como ideais em uma dada sociedade são mutáveis, pois dependem das circunstâncias históricas em que emergiram.
  - C)** a norma moral, oriunda dos valores de uma comunidade, deve ser enunciada e promulgada por um líder, religioso ou não, para ter validade.
  - D)** a sanção moral afirma a juridicidade da norma ética, de modo que, quando alguém é excluído de um agrupamento social, não poderá recorrer ao Poder Judiciário para desfazer a sanção, porque esta possui exequibilidade própria.
- 02.** Em palestra proferida em 17 de agosto de 2015, o Ministro Luís Roberto Barroso ponderou que "o STF não pode se converter em mais uma instância da política majoritária, subserviente à opinião pública ou pautado pelas pressões da mídia", acrescentando que "o populismo judicial é tão ruim quanto qualquer outro". Considerando essa afirmação,
- A)** a Política e o Direito existem para atender a interesses humanos e se relacionam intensamente porque, para um governo atender a seus interesses próprios, poderá fazer uso de instrumentos jurídicos a fim de legitimar a sua atuação.
  - B)** o princípio democrático impera na política e, no direito, o primado da lei, mas a esfera política e jurídica são indissociáveis, em razão do conteúdo político-partidário das decisões judiciais e administrativas.
  - C)** o ativismo judicial representa uma influência negativa da política no direito, porquanto, nesse mister, os juízes atuam na elaboração de leis, usurpando o poder inerente ao Poder Legislativo.
  - D)** a aplicação de conceitos indeterminados pelo Poder Judiciário pode levar em consideração o contexto sócio-político em que uma dada norma vigora para atender o ideal de justiça.
- 03.** O Direito é estrutura influenciada diretamente pelas transformações sociais, porquanto existe para regular a vida em sociedade, mas sofre mutações de acordo com o que a sociedade almeja em um determinado lapso temporal e espaço geográfico. Assim,
- A)** o Estado brasileiro corrobora costumes populares, que foram introduzidos na Constituição de 1988, como a proporcionalidade de remuneração de acordo com o gênero.
  - B)** as Constituições Mexicana e de Weimar consolidam os anseios sociais decorrentes do contexto de miséria provocado pela revolução industrial.
  - C)** as transformações na sociedade brasileira levaram à proteção dos animais na Constituição de 1988, tutelando-os como sujeitos de direitos.
  - D)** a partir das constantes transformações sociais em torno da constituição de família, o Direito brasileiro tutela o "poliamorismo" composto, inclusive, por animais.
- 04.** Uma dicotomia presente no Direito é a existente entre o Direito Objetivo e o Subjetivo. Considerando essa dicotomia, o direito brasileiro prevê que
- A)** o direito subjetivo confere a possibilidade de um sujeito fazer prevalecer sua vontade, por meio da sua autotutela, sem a necessidade de recorrer a qualquer instância judicial.
  - B)** direito objetivo refere-se à tutela de um objeto perseguido judicialmente, conferindo ao sujeito de direito a possibilidade de chancela judicial em face de um dado objeto da vida.
  - C)** os tratados internacionais de direitos humanos são aptos a compor o direito objetivo pátrio.
  - D)** o interesse juridicamente protegido traduz a ideia do direito objetivamente considerado.

- 05.** Ao longo dos tempos, as fontes do Direito se transformaram e se tornam, a cada dia, mais diversificadas. Admitem-se como fontes, por exemplo, os Princípios Gerais de Direito, a Jurisprudência e, atualmente, as Súmulas Vinculantes. Assim, conforme o direito brasileiro,
- A)** as Súmulas Vinculantes inauguraram uma nova modalidade de criação de enunciados normativos, que vinculam o Poder Legislativo, impedindo-o de legislar contrariamente à Súmula.
  - B)** ao se deparar com lacunas na lei, o juízo pode aplicar os Princípios Gerais do Direito para fundamentar sua decisão, mas caso não haja um princípio adequado a ser usado, deverá extinguir a ação por lhe faltar fundamento a proteger o direito.
  - C)** na hipótese de colisão de princípios, o juízo deverá aplicar a ponderação para resolver o caso concreto, sendo certo que, ao ser afastado naquele momento, o princípio não deixará de ser aplicado em outros casos.
  - D)** a Jurisprudência, como conjunto de julgados proferidos por um órgão jurisdicional, vincula as futuras decisões daquele mesmo órgão na parte da *ratio decidendi*.
- 06.** As regras jurídicas, morais e éticas possuem íntima ligação, mas se distinguem em razão de alguns traços inerentes a cada uma. Considerando essa distinção,
- A)** a regra jurídica pode coincidir, em vários casos, com a regra moral, mas aquela é distinta desta na medida em que se afirma na aplicação de sanção coativa pelos órgãos estatais.
  - B)** um indivíduo que obedece ao Código de Ética da sua profissão, mas pratica condutas contrárias à sua moral religiosa não é verdadeiramente ético, porque, para tanto, há necessidade de externalizar sua moral interna.
  - C)** a moralidade comum inspira a moralidade administrativa, mas esta não se restringe àquela, porquanto envolve, ainda, a submissão a valores subjacentes ao interesse dos administradores.
  - D)** um indivíduo que, para ascender na carreira, cumpre as suas obrigações laborais e relata, diuturnamente, equívocos, verídicos ou não, de seus colegas de trabalho ao superior hierárquico está sendo ético e honesto.
- 07.** A Justiça natural embasa a justiça legal, pois é daquela que se originam os ideais de uma dada sociedade. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I	Para Platão, a justiça é virtude suprema, enquanto, para Aristóteles, corresponde à igualdade ou proporcionalidade.
II	A Justiça natural obriga a todos, <i>a priori</i> , a respeitar o direito de cada um, sem a necessidade de coerção estatal.
III	Para Hans Kelsen, a norma jurídica é o princípio e o fim do sistema normativo, de modo que deve o jurista levar em conta os valores que antecederam à elaboração da norma para aplicar a justiça.
IV	A Justiça possui, no direito brasileiro, uma definição precisa no texto constitucional, cabendo explicá-la a partir da ideia de igualdade, inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade.

Dentre as afirmativas, estão corretas:

- A)** III e IV.
- B)** I e III.
- C)** I e II.
- D)** II e IV.

08. Considere o seguinte excerto sobre hermenêutica e interpretação do direito:

“Sob a égide, em grande parte, da Nova Hermenêutica, o constitucionalismo de renovação da segunda metade do século XX já oferece os seguintes resultados: a criação científica de um novo Direito Constitucional (...); a inauguração no Direito Público de um novo pólo de investigações interpretativas, (...) a elaboração de duas novas teorias hermenêuticas: uma de interpretação da Constituição, mais ampla, e outra de interpretação dos direitos fundamentais, mais restrita, ambas, porém, originais e autônomas; a introdução do princípio da proporcionalidade no Direito Constitucional (...); o reconhecimento da eficácia normativa dos princípios gerais de direito (...).”

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, p.583.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir:

I	A ideia de nova hermenêutica está relacionada ao declínio do positivismo, concentrando nas mãos dos juízes o poder de criar direitos fundamentais a partir de sua concepção de justiça.
II	O positivismo jurídico concentrava a interpretação na “letra da lei”, não cabendo ao intérprete espaço para raciocínio fora do texto.
III	A nova teoria hermenêutica de interpretação da Constituição consiste na remodelação da teoria da Separação dos Poderes, baseada na ampliação dos poderes do legislativo.
IV	Para o positivismo jurídico, uma regra pertence ao sistema jurídico quando criada por autoridade competente, segundo o procedimento para sua edição.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.**            **B) I e III.**            **C) I e IV.**            **D) II e IV.**

09. O Desenvolvimento das Escolas Hermenêuticas refere-se ao momento sociopolítico vivido em cada sociedade, de maneira que cada uma das manifestações dos intérpretes do Direito reflete a adoção de cada modelo pelo Poder Central. Nesse caso, algumas escolas tiveram destaque quanto à forma de solucionar os problemas jurídicos postos à análise judicial. Diante disso, a Escola

- A) Teleológica fundamenta-se no fato de que o Direito é resultado de circunstâncias finalísticas do acaso e da vontade dos homens, emergindo do espírito do povo.**
- B) Pandectista alemã desenvolve-se a partir da ideia de um sistema vivo, com órgãos que se autocompletam, e busca em outros sistemas seu substrato de existência.**
- C) Histórica concebe a interpretação como análise do texto legal conforme os usos e costumes históricos bem como de acordo com a intenção do legislador.**
- D) Exegética concebe o sistema normativo como perfeito e completo, de maneira que, na generalidade da lei, reside a solução para todos os problemas jurídicos.**

10. A Psicologia Jurídica é um ramo da ciência bastante importante para a correta solução de um caso concreto, uma vez que auxilia o intérprete na consecução das decisões. A esse respeito, afirma-se:

I	A Psicologia Forense tem como preceito básico a utilização de métodos de psicanálise pelo magistrado, para solucionar problemas.
II	Nas ações para alteração de gênero em registro civil, caso não haja cirurgia de transgenitalização, a realização de laudo pericial para aferição do gênero psicológico é suficiente à tutela do direito de retificação do registro.
III	De acordo com Lombroso, o indivíduo pode apresentar características físicas hábeis a identificá-lo como passível de cometer crimes.
IV	Nas ações que envolvam a guarda de menores, apenas as crianças acima de 7 anos podem ser ouvidas em audiência, com base nos ensinamentos da Psicologia Jurídica quanto à formação psicológica da personalidade.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.**            **B) II e III.**            **C) I e IV.**            **D) III e IV.**

11. As normas constitucionais podem ter distintas formas de eficácia, a depender do conteúdo e da possibilidade de se minudenciar situações específicas no texto Constitucional. Nesse sentido, analise as afirmações que seguem:

I	A norma programática institui um princípio constitucional que apenas poderá ser aplicado após a promulgação de lei complementar que a limite.
II	A declaração de inconstitucionalidade de lei pode se dar sem redução do texto, com o intuito de manifestar uma interpretação conforme a Constituição, preservando o texto e afastando as demais interpretações inconstitucionais.
III	O artigo 5º, XIII, da Constituição de 1988, segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é uma norma de eficácia limitada ou restringível.
IV	A norma de eficácia contida não poderá restringir o direito individual ali estabelecido, embora exista a previsibilidade de fixação em lei.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
- B) II e IV.
- C) I e IV.
- D) I e III.

12. De acordo com a doutrina, a teoria do poder constituinte é basicamente uma teoria da legitimidade do poder, ou seja, surge quando uma nova forma de poder, contida nos conceitos de soberania nacional e soberania popular, faz sua aparição histórica e revolucionária. Nesse sentido, o Poder Constituinte

- A) derivado reformador está presente nas constituições rígidas e consiste na alterabilidade do texto constitucional por meio de procedimentos especiais, distintos do processo legislativo ordinário.
- B) originário traduz a ideia de superioridade da constituição em relação ao restante do ordenamento jurídico, e só pode ser afastado pelos Poderes Constituídos, como o Poder Constituinte derivado decorrente.
- C) originário cria um novo Estado, por meio de uma nova constituição, que o organiza e institui seus poderes, de modo que pode se caracterizar como inicial, ilimitado, autônomo e condicionado.
- D) derivado, por decorrer dos próprios dispositivos constitucionais, caracteriza-se como Poder autêntico subordinado a limitações constitucionais, sendo impedido de se submeter a controle de constitucionalidade.

13. A Constituição Federal de 1988 estabelece diversos direitos e diversas garantias individuais, e, dentre eles, um segundo o qual

- A) é inviolável a liberdade de consciência e de crença bem como todas as suas formas de expressão, ainda que contrárias a direito alheio.
- B) é livre a manifestação do pensamento, assegurado o anonimato, nos termos da lei.
- C) é assegurado o direito de resposta bem como a indenização por dano patrimonial e moral.
- D) é livre a manifestação da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, podendo haver censura de conteúdos considerados impróprios pelo Estado.

14. Pode-se dizer que os direitos e as garantias fundamentais presentes na Constituição de 1988 advieram de lutas históricas que buscaram a valorização, essencialmente, da dignidade da pessoa humana, de maneira que
- A) a lei considera inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia a prática de tortura, salvo nos casos de tortura psicológica.
  - B) a todos é assegurada, independentemente do pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
  - C) a extradição é proibida para brasileiros, exceto quando se comprove envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes, na forma da lei.
  - D) a convenção ou o tratado internacional de direitos humanos que for aprovado em sessão conjunta do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos, equivalerá à emenda constitucional.
15. As regras constitucionais referentes à nacionalidade dispõem sobre o brasileiro nato e o naturalizado, estabelecendo que
- A) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade em razão do reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.
  - B) é privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, o de Presidente do Senado Federal e o de Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
  - C) é brasileiro nato o nascido no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer um deles esteja a serviço de pessoa jurídica brasileira.
  - D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional.
16. Em casos extremos, a Constituição Federal de 1988 prevê a possibilidade de intervenção federal em entes federados, com o escopo precípua de garantir alguns deveres previstos no próprio texto constitucional. A esse respeito, afirma-se:

I	A intervenção federal em Município situado em Estado-membro, por descumprimento de decisão trabalhista, não pode ser recusada pelo presidente da República, se lhe for requisitada pelo Tribunal Superior do Trabalho.
II	O Estado-membro que deixar de aplicar, nas ações e nos serviços públicos de ensino, segurança pública e saúde, o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais sujeita-se a intervenção federal.
III	O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de vinte e quatro horas.
IV	A União intervirá nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância dos princípios constitucionais atinentes à forma republicana, ao sistema representativo, ao regime democrático e aos direitos da pessoa humana.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III.
- B) III e IV.
- C) I e II.
- D) I e IV.

17. O Poder Judiciário é um dos três poderes previstos na Constituição Federal de 1988 e detém, dentre outras funções, o dever de julgar casos concretos, podendo manter, conforme a Constituição, estrutura administrativa de controle interno, sendo conferidas garantias aos seus membros. Sobre as garantias dos membros do judiciário, a estrutura de controle interno e o poder de jurisdição, é correto afirmar que
- A) o Conselho Nacional de Justiça tem como Presidente o Ministro do Supremo Tribunal Federal, e o Corregedor é um dos integrantes do Poder Judiciário, e ambos ficam excluídos da distribuição de processos no tribunal de origem.
  - B) a vitaliciedade é adquirida pelos ministros do STF imediatamente após nomeação pelo Presidente da República, mas eles podem perder seus cargos em razão do julgamento de crimes de responsabilidade perante o Senado Federal.
  - C) a súmula possui efeito vinculante em relação a alguns órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública Direta, a depender da sua natureza e do seu conteúdo e dos entes diretamente interessados, independente de publicação na imprensa oficial.
  - D) o Conselho Nacional de Justiça é impedido de desconstituir ou rever atos praticados por órgãos do Poder Judiciário, em face da autonomia administrativa dos tribunais, mas pode fixar prazo para que seja adotada a providência corretiva necessária.
18. Presumem-se constitucionais as leis promulgadas pelo Poder Legislativo, até que seja questionada a sua constitucionalidade perante o Poder Judiciário, por meio de procedimentos próprios e por legitimados específicos. No que pertine ao Controle de Constitucionalidade,
- A) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
  - B) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos federais ou estaduais.
  - C) declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será determinado ao Poder competente a adoção das providências necessárias, para fazê-lo em trinta dias, sob pena de multa.
  - D) o Presidente da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional podem propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade.
19. Os Princípios da Administração Pública regem o Regime Jurídico Administrativo no Direito Brasileiro, impondo que tanto gestores quanto servidores cumpram os ditames da Constituição brasileira no fito de alcançar a melhor Administração. Nesse sentido,
- A) a Administração Pública pode restringir a participação de pessoas de estatura baixa somente se o *discrímen* guardar relação de pertinência lógica com o desempenho do cargo.
  - B) o edital de um concurso público é considerado a “lei” do concurso, significando que ele pode contrariar dispositivos legais existentes, por ter mesma força hierárquica.
  - C) o princípio da imperatividade da Administração Pública impõe que esta, no exercício do poder extroverso, busque a qualidade e o aperfeiçoamento na prestação de serviços.
  - D) a Administração Pública deve publicar todos os seus atos e contratos por meio de imprensa oficial, de informes publicitários em TV e rádio bem como por meio da internet.



- 20.** Os atos administrativos expressam a vontade da Administração e podem vir a causar violações a direitos de terceiros. Conforme a Lei n.º 9.784/99, que rege o processo administrativo,
- A)** o ato administrativo deve ser sempre motivado quando negue, limite ou afete direitos ou interesses, imponha ou agrave deveres, encargos ou sanções ou nomeie pessoas para cargos em comissão ou de confiança.
  - B)** a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
  - C)** o ato administrativo pode ser convalidado, quando apresenta defeitos insanáveis, desde que não haja lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
  - D)** o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- 21.** Antes de cada aquisição, seja de serviço ou de bens, a Administração Pública deverá se utilizar de procedimento que promova disputa entre potenciais interessados em travar com ela determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Esse procedimento, chamado de licitação, tem como princípio norteador
- A)** a vinculação ao instrumento convocatório, pelo qual as partes devem cumprir o edital, sendo vedada ao administrador a alteração de regras após o início do certame licitatório, sob pena de violação ao princípio da isonomia.
  - B)** o julgamento objetivo, que determina a escolha da melhor proposta a partir de uma análise dos parâmetros e critérios de seleção estabelecidos por lei.
  - C)** a adjudicação compulsória ao vencedor, que prevê que, vencida a licitação, o licitante vencedor terá direito subjetivo a contratar com o Estado, independentemente de superveniente desinteresse da Administração Pública.
  - D)** o sigilo de propostas, pelo qual os envelopes em que consta a habilitação do licitante não podem ser violados até o momento da sua abertura em sessão pública.
- 22.** Um exemplo de ente administrativo autônomo, criado por lei específica, com personalidade jurídica de Direito Público interno, patrimônio próprio e atribuição estatal específica, com dirigente escolhido por meio de pleito eleitoral interno, é
- A)** a Agência Nacional de Telecomunicações.
  - B)** a Universidade Federal do Piauí.
  - C)** o Instituto Nacional do Seguro Social.
  - D)** a Receita Federal do Brasil.
- 23.** No ano de 2009, o Superior Tribunal de Justiça pacificou a questão relativa à aplicação do prazo, previsto na Constituição, para aquisição da estabilidade pelos servidores públicos, por meio de decisão exarada em sede de mandado de segurança. Após a decisão, os conceitos de estabilidade e estágio probatório se aproximaram, de maneira que
- A)** a aquisição da estabilidade do servidor se submete ao cumprimento de três anos de efetivo exercício acrescido da aprovação na avaliação periódica de desempenho.
  - B)** a aquisição da estabilidade passa a se dar no prazo de trinta e seis meses, a partir da posse do servidor público, acrescido de aprovação na avaliação periódica de desempenho.
  - C)** o servidor poderá perder a estabilidade, após a sua aquisição, desde que por meio de processo judicial com trânsito em julgado.
  - D)** o servidor reprovado no estágio probatório será exonerado, exceto no caso de inassiduidade, em que terá direito a processo administrativo com contraditório.

24. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no art. 37, XI, o teto para o funcionalismo público a partir do subsídio dos Ministros do STF. De acordo com esse enunciado normativo,
- A) os juízes estaduais, membros do Ministério Público e Defensores Públicos submetem-se ao subteto estabelecido para os Desembargadores do Tribunal de Justiça, não podendo ultrapassar noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
  - B) os desembargadores do tribunal de justiça não podem perceber, mensalmente, do Poder Público, valores superiores a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, ainda que exerçam outra função pública remunerada.
  - C) os membros do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União e os demais servidores do Poder Executivo submetem-se ao subteto correspondente ao subsídio pago ao Presidente da República.
  - D) os membros do poder legislativo estadual bem como os servidores dos poderes executivo, legislativo e judiciário estaduais submetem-se ao subteto correspondente ao subsídio do Governador de Estado.

25. Considere o excerto abaixo acerca da improbidade administrativa:

Suponha-se um piloto de avião. A natureza de suas atribuições exige integral atenção e dedicação. Se o piloto se distrai e omite providência necessária a impedir um acidente, tem-se de reconhecer não apenas a culpa, mas o dolo eventual. É da essência da atividade do piloto manter integral e permanente atenção no desempenho de sua atividade. O mesmo se põe relativamente aos exercentes de certas funções públicas. Não é juridicamente admissível escusa fundada, por exemplo, na ausência de conhecimento específico, quando for essencial da função a adoção de todas as providências destinadas a impedir a consumação de danos.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Fórum, p. 997.

Sobre os atos que podem causar condenação por improbidade administrativa, é correto afirmar:

- A) no juízo de dosimetria das sanções por atos de improbidade, caso um agente público tenha causado um pequeno prejuízo ao erário, em decorrência de sua conduta ímproba, é aplicado o princípio da insignificância.
  - B) segundo a jurisprudência do STF, configuram-se como atos de improbidade aqueles que possuem o elemento subjetivo dolo, de maneira que, para a condenação por improbidade, é imprescindível que o agente tenha se beneficiado com o ato.
  - C) por terem natureza de sanções político-administrativas, as sanções por improbidade não podem ser aplicadas aos agentes políticos, em virtude da possível configuração de *bis in idem* em face da aplicação da Lei de Crimes de Responsabilidade.
  - D) a configuração da improbidade resulta da violação da legalidade, moralidade, impessoalidade e honestidade, dentre outros deveres que recaem sobre o agente público presentes na legislação de regência.
26. A Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, tida como uma regra de sobredireito ou superdireito, define a utilização de outras normas e tem, entre suas funções,
- A) impor a eficácia, em particular e em concreto, da obrigatoriedade da norma.
  - B) regular o vigor e a eficácia das normas jurídicas.
  - C) determinar o início da obrigatoriedade das leis.
  - D) dispor as condições para a alegação da ignorância da lei vigente.

- 27.** A Lei 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira da Inclusão, trouxe impactos profundos na teoria das incapacidades adotada no direito civil brasileiro, com mudanças substanciais nesse capítulo do Código Civil. Uma das mudanças mais relevantes é a alteração no que pertine ao art. 3º do Código Civil, que passou a definir como absolutamente incapazes apenas aqueles que se encaixam no critério etário (pessoas com menos de 16 anos). Nesse quesito, a Lei 13.146/2015 tem aplicação
- A)** imediata, entretanto, aqueles já considerados absolutamente incapazes, em decorrência de sentença de interdição, antes do início da vigência da norma, assim o permanecem por respeito ao ato jurídico perfeito.
  - B)** imediata, produzindo efeitos sobre todas as pessoas que antes do início dessa norma enquadravam-se no conceito de absolutamente incapazes e hoje são consideradas relativamente incapazes.
  - C)** ultrativa, restringindo-se às circunstâncias pessoais, como a impossibilidade de exprimir sua vontade de forma transitória ou permanente, ocorridas após a sua vigência.
  - D)** ultrativa, para aqueles que tiveram a impossibilidade, provisória ou permanente, de se comunicar detectada antes da vigência da norma.
- 28.** O condomínio, de forma geral, pode gerar perplexidade já que contraria um princípio inerente à propriedade, qual seja, o da exclusividade, segundo o qual várias pessoas não podem simultaneamente exercer a propriedade de um mesmo bem. Entretanto, a existência desse ente justifica-se para viabilizar a coexistência de propriedades privadas e comuns no mesmo imóvel, pelo que a personalidade jurídica do condomínio edilício é
- A)** reconhecida, doutrinariamente, como meramente judiciária.
  - B)** reconhecida, legislativamente, pelo Código Civil de 2002.
  - C)** reconhecida, pelo STJ, para fins tributários.
  - D)** reconhecida, pelo direito, para todos os fins.
- 29.** A temática do bem de família é inseparável de questões constitucionais de alta densidade, tais como a dignidade da pessoa humana e o direito ao patrimônio mínimo, sendo muito discutida pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça. A esse respeito, alguns entendimentos já foram sedimentados na jurisprudência, entre os quais a ideia de que
- A)** a penhora da vaga de garagem que possui matrícula própria no registro de imóveis, por constituir bem de família, é vedada.
  - B)** a impenhorabilidade do bem de família exclui o imóvel pertencente a pessoas solteiras, separadas e viúvas.
  - C)** a penhora do bem de família pertencente ao fiador de contrato de locação viola o direito constitucional à moradia.
  - D)** a impenhorabilidade recai sobre o bem de menor valor, havendo pluralidade de imóveis e nenhum registro de bem de família em cartório.
- 30.** A promessa de compra e venda é um contrato preliminar que estabelece intenção futura de avançar a compra e venda. Apesar de dispensável, é rotineiro no ordenamento jurídico brasileiro, especialmente, para dar mais segurança jurídica no que se refere ao preço e à forma de pagamento. Esse contrato preliminar gera algumas consequências, entre as quais, segundo o STJ e a doutrina, está a
- A)** criação, como contrato preliminar, apenas da obrigação de emissão da vontade correspondente ao contrato prometido.
  - B)** necessidade de notificação prévia para constituir em mora o devedor, como requisito para a rescisão contratual, salvo quando ausente o registro do contrato.
  - C)** legitimidade do promitente comprador para proteção possessória, por intermédio dos embargos de terceiros, independente de registro do contrato.
  - D)** vinculação do direito do promitente comprador de adjudicação compulsória ao necessário registro da promessa de compra e venda no cartório de imóveis.

31. A boa-fé objetiva é considerada, doutrinariamente, como multifuncional, pois desempenha funções de norte interpretativo dos negócios jurídicos, de fonte normativa de deveres jurídicos e de restrição do exercício de direitos, todas bem delineadas nos artigos 113, 422 e 187 do Código Civil. Nesse contexto, a boa-fé objetiva
- A) origina deveres anexos aos negócios jurídicos desde que expressamente previstos pelas partes.
  - B) tem papel fundamental como modelo interpretativo, o que exclui sua natureza de fonte de obrigações.
  - C) impõe a verificação da vontade aparente do negócio jurídico, adotando-se a teoria da confiança.
  - D) consiste em uma crença interna de agir conforme o direito e o respeito consciente ao direito do outro.
32. O abuso de direito, figura introduzida no ordenamento jurídico brasileiro de forma definitiva pelo Código de Defesa do Consumidor de 1990, traduz um comportamento que, apesar de não violar frontalmente uma norma jurídica, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes, em conformidade com o artigo 187 do Código Civil. Dessa maneira, a responsabilidade civil decorrente do ilícito caracterizado como abuso de direito é baseada na
- A) teoria subjetiva da responsabilidade civil, posto que é necessário comprovar o ato ilícito abusivo.
  - B) teoria objetiva da responsabilidade civil, posto que a intenção do agente no comportamento abusivo é irrelevante.
  - C) teoria subjetiva da responsabilidade civil, visto que é primordial verificar a intenção do agente em prejudicar outrem.
  - D) teoria objetiva da responsabilidade civil, visto que se pauta na análise da violação do *standard* de conduta esperada para aquela circunstância.
33. A parentalidade está entre os temas mais tormentosos do direito de família na atualidade. Tal como a entidade familiar, a filiação passou a ser caracterizada pelo vínculo afetivo, ampliando-se, assim, a concepção de parentalidade. Sobre essa temática, de acordo com o STJ,
- A) o pai que registrar conscientemente um filho que já sabia não ser seu pode anular o registro por arrependimento posterior.
  - B) a paternidade biológica gera uma responsabilidade que se desfaz mesmo diante de uma prática ilícita como a chamada “adoção à brasileira”.
  - C) o registro pode ser desconstituído se o genitor demonstrar que o reconhecimento foi calcado em erro substancial.
  - D) o fato de o pai, mesmo depois de conhecer a realidade de que foi enganado, continuar presente na vida do filho registral não impede a anulação do registro.
34. Neoprocessualismo é o estudo e a compreensão do Processo a partir de uma nova metodologia, de novas premissas do Neoconstitucionalismo. Conforme essa abordagem, as normas de direito processual têm de estar de acordo com as normas de direitos fundamentais. Como consequência disso, impõe-se
- A) o princípio da publicidade, que apregoa a publicidade dos julgamentos, restando para o segredo de justiça tão somente questões em que o exija o interesse público ou social.
  - B) o princípio da dignidade da pessoa humana, pelo qual o juiz deverá buscar os fins sociais e econômicos e as exigências do bem comum ao aplicar a norma jurídica.
  - C) o princípio da colaboração, que estabelece o dever de colaboração de todos os atuantes no processo, inclusive o magistrado, para que se consiga obter uma decisão de mérito calcada na efetividade, na justiça e em tempo razoável.
  - D) o princípio da paridade de armas, pelo qual as partes têm isonomia de tratamento naquilo que se refere ao exercício de direitos e faculdades processuais, competindo ao Ministério Público zelar pelo efetivo contraditório.

- 35.** O novo código civil, partindo da premissa básica de que o magistrado tem dois momentos distintos de atuação, o juízo de admissibilidade e o de mérito, estabeleceu um novo panorama para a teoria da ação, elencando as condições da ação, uma parte como pressuposto processual e outra como questão de mérito. Acerca dessa mudança de paradigmas processuais, ressalta-se a
- A)** consequência da ausência de representação, que, por falta de uma das condições da ação, acarreta, de plano, a extinção do processo sem julgamento de mérito.
  - B)** ausência de previsão das condições da ação no CPC de 2015, o qual eliminou a possibilidade de indeferimento liminar por ilegitimidade para a causa ou falta de interesse processual.
  - C)** adoção, pelo CPC de 2015, da teoria eclética da ação, segundo a qual, ausente qualquer condição da ação, a resolução passa a ser no enfrentamento do próprio mérito da demanda.
  - D)** noção de que o interesse processual pode se limitar à declaração da inexistência de relação jurídica, mesmo que a violação do direito já tenha acontecido.
- 36.** O CPC de 2015, de forte conteúdo democrático, valoriza o contraditório e o diálogo processual, e esse viés não foi diferente na elaboração da teoria das provas. Com isso, garantiu-se uma atuação negociada e conjunta das partes nesse momento processual, procurando efetividade e celeridade processual. Como mote dessa inovação, está a
- A)** teoria dinâmica do ônus da prova.
  - B)** concentração da instrução probatória nas mãos do magistrado.
  - C)** valorização da prova testemunhal.
  - D)** experiência da inversão do ônus da prova.
- 37.** A simplificação do processo de conhecimento, encampada pelo CPC/2015, leva a novas regras, especialmente, para a petição inicial e para o pedido que traça os limites da demanda. Nesse sentido,
- A)** a cumulação de pedidos será lícita, desde que o mesmo juízo seja competente para conhecê-los e que tenham procedimentos compatíveis.
  - B)** é permitido ao autor, até a citação, alterar ou aditar o pedido, independente de consentimento do réu, o mesmo não se aplicando à reconvenção.
  - C)** é permitido ao autor, até o saneamento, aditar, alterar o pedido ou a causa de pedir, com consentimento do réu.
  - D)** a condenação incluirá as prestações sucessivas até a sentença, considerada como termo final, havendo consignação ou inadimplência no curso do processo.
- 38.** Procurador do Município de Natal, em face de decisão provisória determinando a matrícula imediata de aluno em creche particular, diante da falta de vagas na rede municipal, começa a manifestamente criar obstáculos para o cumprimento da decisão em comento. Diante desse cenário, o juiz da demanda deve determinar
- A)** a aplicação de multa de 20% do valor da causa ao procurador mencionado, devido à gravidade desse ato atentatório à dignidade da Justiça.
  - B)** que se oficie o órgão de classe do procurador municipal, OAB ou corregedoria, para que tome as medidas disciplinares cabíveis à espécie.
  - C)** a notificação do procurador de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça e, na permanência do comportamento atentatório, determinar a multa prevista no art. 77 do CPC/2015.
  - D)** que se apure, desde já, eventual dever de indenizar do procurador, nos autos da demanda em questão, pois foi onde teve lugar a conduta tida como irregular, sempre ressaltando as garantias processuais.

39. A decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, depois de transcorrido o prazo para o pagamento voluntário, nos termos do artigo 517 do CPC/2015. Nesse sentido, o exequente deverá requerer
- A) anotação de ação rescisória da decisão a margem do título protestado, às suas expensas e sob sua responsabilidade.
  - B) cancelamento do protesto, o qual ocorrerá por determinação do juiz, que mandará oficiar o cartório em três dias, contados do protocolo do requerimento e mediante a satisfação integral do débito.
  - C) certidão que indique o nome e a qualificação do executado, o número do processo e o valor da dívida, devendo o cartório oficiar o juízo acerca da data em que deveria ter ocorrido a satisfação do débito.
  - D) protesto do título, diante da falta do adimplemento voluntário, no cartório competente, apresentando certidão do teor da decisão.
40. A nova sistemática recursal instaurada no CPC/2015 traz mudanças visando, especialmente, celeridade e eficácia dos mecanismos processuais. Assim, atualmente, os recursos
- A) têm juízo de admissibilidade realizado exclusivamente pelo Superior Tribunal de Justiça, quando dirigidos a esse órgão.
  - B) têm, em regra, efeito suspensivo em relação à decisão judicial, salvo disposição legal ou decisão judicial.
  - C) têm prazo suspenso quando da interposição dos embargos de declaração que possuem efeito suspensivo também da decisão.
  - D) têm prazo unificado para interposição e para resposta, à exceção dos embargos de declaração.
41. O princípio da legalidade é o pilar do garantismo, traduzido em poder punitivo mínimo do Estado face ao máximo de garantias aos indivíduos. Nesse contexto, é possível delimitar algumas das funções fundamentais desse princípio. Entre elas, destaca-se:
- A) proibir incriminações vagas e indeterminadas.
  - B) proibir retroatividade da lei penal mesmo a benefício do réu.
  - C) proibir o emprego da analogia para criar crimes e absolver réus.
  - D) proibir o uso dos costumes até como critério interpretativo.
42. O nexo causal é o vínculo necessário que une a conduta praticada pelo agente ao resultado por ela produzido. Sem o nexo, não há relação de causalidade, o que implica não poder ser atribuído o resultado ao agente, por não ser ele o seu causador. No que concerne à teoria de causalidade adotada pelo Código Penal brasileiro, causa é definida como
- A) condição necessária e adequada a determinar a produção do evento.
  - B) fato que modifica, no caso concreto, efetivamente o resultado.
  - C) a ação ou a omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
  - D) acontecimentos relevantes e significantes para o resultado.
43. A pena privativa de liberdade está no preceito acessório do tipo penal incriminador, garantindo a sua individualização, que assegurará a aferição da proporcionalidade entre a sanção que é cominada em comparação com o bem jurídico por ele protegido. Sobre essa espécie de pena, o código penal prevê:
- A) no que diz respeito à aplicação de medida de segurança, a critério do juiz, esta poderá submeter o apenado a tratamento ambulatorial.
  - B) no caso de concurso material, aplicando-se, cumulativamente, as penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiramente esta.
  - C) a incapacidade para o exercício do poder familiar, como efeito da condenação, ocorrerá com a prática de qualquer crime doloso punido com reclusão.
  - D) a detenção deve ser cumprida em regime semiaberto ou aberto, salvo necessidade de transferência a regime fechado.

44. Segundo Nelson Hungria, suicídio é a eliminação direta e voluntária da própria vida, sendo imprescindível a intenção positiva de despedir-se da vida. Nesse contexto, suicídio não é crime, mas o é a conduta periférica ao suicídio, isto é, o induzimento, a instigação ou o auxílio ao suicídio. Nesse sentido, tal conduta
- A) é crime comum e pode ser praticado por qualquer pessoa.
  - B) pode vitimar qualquer pessoa, capaz ou incapaz.
  - C) existe quando se volta para pessoas indeterminadas, como uma obra literária que prega o suicídio.
  - D) consoma-se com o fato de induzir, instigar ou auxiliar, mesmo sem o resultado morte ou lesão grave.
45. Em relação ao tráfico de entorpecentes, o dispositivo do artigo 33, caput, da Lei 11.343/06 não abrange mais o uso de droga. Hoje, no caso do usuário, a conduta passa a ser prevista no art. 33, §2º, cuja pena é de 1 a 3 anos. Assim, a legislação prevê
- A) que é prescindível o sujeito ativo visar pessoa certa.
  - B) a punição por induzir, instigar ou auxiliar.
  - C) que esse crime é punido a título de dolo e culpa.
  - D) um crime material consumado com o efetivo uso.
46. O devido processo penal constitucional busca a realização de uma justiça penal submetida a exigências de igualdade efetiva entre os litigantes. O sistema garantista está sustentado por cinco princípios básicos, sobre os quais deve ser erguido o processo penal. Nesse sentido,
- A) a presunção de inocência funciona como garantia de que será mantido o estado de inocência até decisão em segunda instância.
  - B) a separação das atividades de julgar e acusar restringe-se à fase processual.
  - C) a jurisdicionalidade representa a exclusividade do poder jurisdicional, o direito ao juiz natural, a independência da magistratura e a exclusiva submissão à lei.
  - D) a contradição, em um juízo potestativo, é método de comprovação da verdade.
47. Questões prejudiciais são aquelas que devem ser avaliadas pelo juiz, com valoração penal ou extrapenal, devendo ser decididas antes do mérito da ação principal. As referidas questões possuem algumas características marcantes, tais como:
- A) a accidentalidade, segundo a qual o mérito da ação principal independe da resolução da questão prejudicial.
  - B) a autonomia, a qual autoriza que a questão prejudicial seja objeto de uma ação autônoma.
  - C) a natureza jurídica processual de elemento genuinamente acessório da infração penal.
  - D) a sua ligação à presença ou não dos pressupostos processuais de existência e de validade do processo.
48. O acusado que, citado ou intimado, pessoalmente, deixa de comparecer, de forma injustificada, ou muda de residência sem comunicar o juízo terá decretada a sua revelia, a qual possui efeitos diversos, a depender da natureza do processo, se penal ou civil. No processo penal,
- A) a desnecessidade da intimação do acusado para prática de atos processuais é o efeito básico da revelia, salvo na hipótese de sentença condenatória.
  - B) a quebra da fiança, ou seja, a perda da metade do valor dado em fiança em caso de revelia será revertida caso ocorra a absolvição.
  - C) o procedimento será paralisado por 180 dias em diligências para se localizar o acusado antes de se retomar o fluxo normal processual sem sua presença.
  - D) o processo seguirá sem a presença do acusado, mas com a nomeação de um curador especial para providenciar a defesa técnica.

49. As nulidades consistem em sanções impostas aos atos processuais praticados com violação da forma prescrita em lei, e, segundo a doutrina, existem princípios aplicáveis a elas no processo penal. Dessa forma, no processo penal, as nulidades têm de atender à regra
- A) da instrumentalidade das formas, pelo que, mesmo sem ser objeto de mensuração na decisão final, pode-se declarar a nulidade do ato.
  - B) do interesse, no sentido de que é inexigível a observância de uma regra que só a outra parte aproveite.
  - C) da causalidade, pela qual a nulidade existe quando é intrínseca ao ato atacado.
  - D) do reconhecimento da nulidade *ex officio* mesmo em prejuízo da defesa.
50. A coisa julgada não é um efeito, mas uma qualidade da decisão judicial da qual não cabe mais recurso. É a imutabilidade da sentença, de modo a impedir a reabertura de novas indagações acerca da matéria antes discutida. Sabendo-se disso, no direito processual penal brasileiro,
- A) os fundamentos jurídicos da coisa julgada são segurança jurídica e estabilidade.
  - B) mesmo tratando-se de matéria de ordem pública, o acusado tem o dever de levantar a questão preliminar de coisa julgada.
  - C) havendo duplicidade de sentenças condenatórias, deve prevalecer a mais favorável ao réu em detrimento da que primeiro transitou em julgado.
  - D) admite-se tanto a revisão criminal *pro reo* quanto a revisão criminal *pro societate*.